



**Catarina Sarmento e Castro**

Ministra da Justiça

**Intervenção da Ministra da Justiça, Catarina Sarmento e Castro, por ocasião da 5ª  
Audição Regimental na Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e  
Garantias – Assembleia da República**

Lisboa, 28 de junho de 2023



Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Nesta, que é a última Audição Regimental desta Sessão Legislativa, tenho o gosto de, uma vez mais, prestar contas relativamente ao cumprimento dos compromissos assumidos pela área governativa da Justiça.

Centrar-me-ei nos domínios das infraestruturas, dos recursos humanos e da transformação da Justiça, sem prejuízo, naturalmente, de todas as questões que se possam vir a ser colocadas no debate.

Depois da aprovação da Estratégia para o encerramento gradual do Estabelecimento Prisional de Lisboa, com a autorização de um investimento de 24 milhões de euros, foi igualmente autorizada a despesa relativa à requalificação do novo edifício da Diretoria do Sul em Faro, que representa um investimento de mais de 6 milhões de euros, e a diversas empreitadas de construção, ampliação e requalificação no distrito de Braga, no valor de cerca de 32 milhões de euros.

Ou seja, do grande “Plano Plurianual de Investimentos na Área da Justiça, 2023-2027” temos já aprovações “parcelares” no valor de mais de 60 milhões de euros, o que não pode deixar de ser visto como um sólido primeiro passo em direção ao desígnio plasmado no Programa do XXIII Governo Constitucional.

Mas não nos ficámos por aqui.

Se, no ano de 2022, as intervenções em **tribunais** totalizaram quase 4 milhões de euros, em 2023 já temos obras concluídas, no valor de mais de meio milhão de euros, 20 Empreitadas em curso, num investimento de mais de 10 milhões de euros, e 25 Empreitadas em procedimento, no valor de quase 6 milhões de euros.

Se, no ano de 2022, o investimento feito nos **estabelecimentos prisionais** rondou os 800 mil euros; em 2023, foram já concluídas obras no valor de mais de 3 milhões de euros, e de que são exemplo a 1.<sup>a</sup> fase da construção novo EP S. Miguel ou a Delegação Regional de Reinserção - Sul e Ilhas - Núcleo de Apoio Técnico de Faro; ao mesmo tempo que estão em curso empreitadas que representam um investimento de mais de meio



milhão de euros, e, em procedimento, empreitadas cujo valor global ascende a cerca de 14 milhões de euros.

O mesmo panorama no que toca às infraestruturas afetas à **Polícia Judiciária**.

Realizadas obras no valor de mais de 3 milhões de euros, em 2022, estão agora previstas, para 2023, intervenções cujo investimento estimado ronda os 17 milhões de euros, destacando-se a referida Diretoria do Sul em Faro e a requalificação do novo edifício do DIC de Braga, ambas já aprovadas através de RCM.

O Laboratório de Toxicologia da PJ Madeira, que será inaugurado ainda este mês de julho, deverá dar resposta às necessidades de identificação laboratorial de novas substâncias psicoativas (NSP) apreendidas quer na Madeira quer nos Açores, onde se verifica a especial incidência do problema, perspetivando-se um resultado em poucas horas ou poucos dias, consoante a situação, ao invés dos meses atualmente necessários.

Também o **INMLCF** beneficiou e continuará a beneficiar de obras de melhoria das instalações que lhe estão afetas, e assim também os **serviços dos registos e notariado** que, só em 2022, beneficiou

de intervenções que resultaram num investimento de mais de 3 milhões de euros, e a que em breve se somará o maior investimento de sempre em tecnologia: mais de 20 milhões de euros, para a aquisição de serviços de consultoria e desenvolvimento de software destinados a reformular os sistemas de informação de registo, e de mais quase 3 milhões de euros para a aquisição de 2.000 computadores, com o propósito concluir a renovação total do parque informático até final do ano.

No âmbito da estratégia para o edificado, uma palavra sobre a **racionalização do património imobiliário** afeto à justiça, principalmente aquele que se encontra sem uso, devoluto ou abandonado.

Porque é preocupação do Ministério da Justiça não só evitar a degradação do património e fomentar a sua recuperação, conservação e reutilização, mas também permitir a sua fruição pública, designadamente – atenta a crise nacional de habitação existente – disponibilizando no mercado de arrendamento acessível os imóveis que têm aptidão para uso habitacional, em articulação com a área governativa da Habitação.

Precisamente com este objetivo, foi celebrado um Protocolo entre IGFEJ e IHRU, tendo em vista a transferência da gestão de 44 imóveis, correspondentes a 47 fogos habitacionais espalhados por todo o país. Um Protocolo que permitirá conjugar interesses da área governativa da justiça – na reabilitação e rentabilização desses imóveis – e da área governativa da Habitação, na disponibilização dos mesmos ao abrigo do Programa de Apoio ao Arrendamento, após as necessárias operações de reabilitação.

E prosseguem os trabalhos de identificação de mais imóveis, no sentido de, o mais brevemente possível, ser celebrado um novo Protocolo semelhante.

Na área dos recursos humanos, depois da aprovação do Plano Plurianual de recrutamento de pessoal para a **Polícia Judiciária**; e depois da abertura do concurso para mais 200 **oficiais de justiça**, aprovou-se também o Plano Plurianual para recrutamento de carreiras especiais da área dos **Registos**, ao abrigo do qual se avançará para a contratação, durante o ano de 2023, de mais 50 conservadores de registos e 240 oficiais de registos – no primeiro procedimento concursal realizado em mais de 20 anos.

E o IRN lançou também, no âmbito da transferência de competências para a Região Autónoma da Madeira, um concurso para a contratação de 8 Conservadores de Registos para aquela Região.

Para a carreira não revista de **técnico profissional de reinserção social** foi autorizada a integração de 105 trabalhadores, num sinal claro do compromisso que temos com aqueles profissionais.

Autorizado foi também o recrutamento de mais médicos especialistas em medicina legal para o **INMLCF**, onde, atualmente, não há recém-especialistas a aguardar abertura de concurso. Com estas contratações, o mapa do INMLCF passa a integrar 86 profissionais, o que representa um aumento de 100%, relativamente a 2016.

A par do Sistema Integrado de Gestão de Perícias, isso permitiu que, em 2022, a pendência sofresse mais uma redução histórica, atingindo uma diminuição de atrasos superior a 90% face ao final de 2016, e também a integração de todos os dados que estavam pendentes na Base de Dados de Perfis de ADN, o que

inequivocamente contribui para a celeridade da resposta pericial e para um cada vez maior e melhor apoio à investigação criminal.

O investimento em recursos humanos fez-se ainda pela concretização da **valorização salarial** na categoria de guarda da carreira de guarda prisional e na carreira de segurança da Polícia Judiciária; e assim também pela atualização do montante de referência para determinação do valor dos **suplementos** a que têm direito os profissionais da Polícia Judiciária.

Finalmente, o cuidado das pessoas que todos os dias são e fazem Justiça passou também pela autorização de **promoções**: de 150 guardas prisionais, de 60 profissionais da Polícia Judiciária e de 561 oficiais de justiça.

Não posso, por isso, deixar de corrigir uma imprecisão que rapidamente começou a circular: são 561 promoções, mais 455 do que as 106 determinadas por acórdão, ou seja, mais de 5 vezes esse número a que estávamos obrigados. E por isso repetirei: 2023 é mesmo o ano dos Oficiais de Justiça, cujo estatuto nos comprometemos a rever – e vamos cumprir.





Senhor Presidente,

Senhoras e Senhores Deputados

A nossa determinação em inovar na Justiça, para melhorar a resposta dos serviços às pessoas e às empresas e assegurar uma justiça mais rápida e eficiente, mais próxima e mais transparente, ao serviço do desenvolvimento económico-social, está bem patente na dotação de 266,9 milhões de euros para a componente Justiça Económica e Ambiente de Negócios (C18), alocados aos projetos relacionados com a digitalização e modernização, e de 55 milhões de euros, destinados à expansão do sistema de informação do cadastro simplificado e à universalização do BUPi.

É uma oportunidade ímpar que queremos e que estamos mesmo a agarrar. De facto, do investimento total previsto nestas duas componentes da Justiça estão já contratados quase 70 milhões de euros, e, no mercado, mais de 47 milhões, que representam 36% do investimento total.

Porque se o caminho de transformação digital se iniciou há duas décadas, e já permitiu que, nos últimos anos, Portugal se afirmasse como pioneiro na implementação de medidas de



modernização da Justiça – como a consulta online de processos judiciais, a emissão e a consulta de certidões judiciais, ou o registo criminal online – a verdade é que este processo ganha agora novo fôlego.

Neste contexto, não posso deixar de sublinhar o impacto da disponibilização em *streaming* das gravações de áudio dos processos para os mandatários e, posteriormente, no Magistratus – que substituirá o CD, e não a disquete, como, por lapso, disse! Porque esta é uma medida que facilitará muito o trabalho dos diferentes intervenientes, permitindo a eliminação de tarefas que não acrescentam valor, e, naturalmente, relevantes poupanças de tempo e papel.

Do mesmo modo, a duplicação do tamanho das peças a entregar nos canais online trará vantagens quer para os mandatários quer para os trabalhadores das secretarias, ao dispensar as necessidades de deslocação para entrega de peças em papel e da sua subsequente digitalização – uma medida com maior impacto nos Tribunais Administrativos e Fiscais, dada a dimensão mais significativa das peças processuais, precisamente, nesta área.



Saliento, também, as alterações ao Magistratus e ao MP Codex, já efetuadas e em curso, na simplificação e pesquisa do histórico processual, na melhoria do editor de texto, no acesso aos conteúdos multimédia e na disponibilização de todas as funcionalidades que respondem à tramitação total na 1ª instância.

E destaco, igualmente, o arranque, ainda durante este mês, de um piloto, no Tribunal Central Administrativo Sul, para a anonimização das decisões judiciais com recurso a um algoritmo de inteligência artificial – um piloto que, até outubro, permitirá a disponibilização de jurisprudência, para depois, até ao final do ano, a utilização da ferramenta ser alargada a todos os magistrados.

Neste momento, os Sistemas de Informação dos Tribunais têm 23 interoperabilidades com 14 entidades que permitem o envio e receção de informação eletrónica com entidades da administração pública, órgãos de polícia criminal, autoridades reguladoras, o que não só acelera o trabalho dos magistrados e das secretarias, como disponibiliza aos cidadãos um acesso mais facilitado à justiça, como é o exemplo do apoio judiciário eletrónico lançado este ano.



Também em termos de equipamentos, estamos a robustecer os tribunais, com mais 1000 computadores até ao final do ano.

No que ao BUPi diz respeito, o Governo assegurou a sua continuidade nos municípios, realocando 10 milhões de euros do PRR que, até aqui, estavam afetos à Estrutura de Missão para a Expansão do Sistema de Informação Cadastral Simplificado – eBUPi.

Até ao momento, já foram identificadas mais de 1,5 milhões de propriedades no âmbito deste projeto, com o contributo de mais de 230 mil cidadãos, que já identificaram as suas propriedades de forma gratuita e sem aumento de impostos.

E só assim foi possível que, nos primeiros cinco meses deste ano, tenham sido finalizados cerca de 500 mil processos – uma média de cerca de 95 mil por mês e mais de 20 mil por semana –, o que permitiu o aumento da percentagem de área conhecida do território dos 153 municípios de Portugal continental sem cadastro, em termos de uso, ocupação e dominialidade, que é agora de 75%.



Ainda no âmbito de uma justiça que queremos mais amiga dos cidadãos e das empresas, é devida uma palavra sobre a Empresa Online 2.0, que está a permitir, já, reduzir a burocracia e simplificar o processo de criação de empresas.

Na nova plataforma, será possível constituir uma sociedade, num tempo médio estimado de dez minutos. Este é um projeto financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência, enquadrado na componente destinada à Justiça Económica e Ambiente de Negócios, e tem como objetivo reforçar a competitividade da economia portuguesa, onde atualmente duas em cada três empresas já são constituídas através da Internet.

A Empresa Online 2.0 está já disponível em português e inglês, e, em breve, também noutras línguas, potenciando a utilização por investidores estrangeiros.

Mas a Justiça ao serviço do desenvolvimento económico também se cumpre através da propriedade industrial e da melhoria da qualidade e eficiência do serviço prestado pelo INPI.



Recordo que, recentemente, inaugurámos a Divisão Local do Tribunal Unificado de Patentes, com competência alargada em matéria de patentes, com o português como língua de processo, a par do inglês, com vista a assegurar decisões céleres e de elevada qualidade, promover uma maior proximidade com os utilizadores das patentes e reduzir os custos de litigância.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Este é todo um trabalho alicerçado na recuperação das infraestruturas, no investimento nas pessoas e na modernização e transformação digital da Justiça, com resultados objetivos e reflexos mensuráveis, como os que detetamos, por exemplo, nos tribunais, ao nível da redução da pendência.

É todo um trabalho norteado pelo desígnio de reforçar a indispensável confiança dos cidadãos neste pilar fundamental do Estado de Direito – uma Justiça mais próxima e inclusiva, mais rápida e transparente; uma Justiça mais humana, mais moderna e promotora do desenvolvimento económico e social. Uma Justiça que está mesmo a acontecer.



Muito obrigada.